

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDO E PESQUISA DO
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ANO XVI
VOLUME 25
(JUL-DEZ)
2016
PP. 38-52.

A BAGACEIRA: UMA ANÁLISE CONTEXTUAL DA OBRA NA HISTÓRIA LITERÁRIA BRASILEIRA

VICTOR SOARES LUSTOSA

Graduado em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
victorlustosa@gmail.com.br

RESUMO:

Considerada a obra de estreia do "Romance de 30", *A bagaceira*, do escritor paraibano José Américo de Almeida, traz consigo múltiplos significados. A obra se insere em vários universos de análise: literária, sociológica, psicológica, histórica e política. O presente texto busca compreender *A bagaceira* no contexto em que se insere: um Brasil que buscava se situar no mundo enquanto país civilizado e, por isso, atento às transformações e inovações – sobretudo artísticas e científicas – que aconteciam nos países-modelo desse ideal civilizatório ocidental. Um país, no entanto, repleto de embates: norte-sul, modernismo-regionalismo, técnica-natureza, tradição-inovação, entre outros. A ênfase do presente trabalho recai sobre a trajetória do autor, a recepção da obra e o significado que ela adquire junto aos principais críticos da época.

PALAVRAS-CHAVE: *A bagaceira*; Modernismo, Regionalismo, Romance de 30.

ABSTRACT:

Considered the first romance of the "Romance de 30 movement, *A bagaceira*, from José Américo de Almeida, debuted with multiple meanings. The book could be analyzed in different ways and various perspectives: literary, sociological, psychological, historical and political. The present paper seeks to understand the historical context in Brazil in which the book is inserted,: a nation on a mission to situate itself as a civilized country, and to achieve this objective, it needed to pay attention to the transformations and innovations in the artistic and scientific fields that took place on the western civilization. A nation, however, filled with contrasts: north versus south, modernism versus localism, techniques versus nature, tradition versus innovation, among others. This work will emphasize writer's trajectory, the book's reception and the meaning it acquired among the most influential critics of the time.

KEYWORD: *A bagaceira*; Modernism; Regionalism ; Romance de 30

1 Introdução

A bagaceira, publicado em 1928, é saudado por um dos principais críticos literários da época, Tristão de Athayde, como o romance que o Modernismo não havia ainda conseguido escrever. “Qualquer coisa de definitivo”, dissera o primeiro grande crítico do Modernismo sobre a obra do paraibano José Américo de Almeida em seu artigo “Uma Revelação” (ATHAYDE, 1978). Para Alfredo Bosi (1984), a obra passou a marco da literatura social nordestina menos por seus méritos intrínsecos do que por ter definido uma direção formal realista e uma diretriz temática: a vida nos engenhos, a seca, o retirante, o jagunço (BOSI, 1984, p.444). De fato, as obras marcantes do Romance de 30, como *Fogo Morto*, do também paraibano José Lins do Rêgo, *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, e *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, seguirão na trilha apontada por José Américo de Almeida, não apenas quanto à temática, mas na própria estilística, com um tratamento mais coerente da linguagem coloquial e utilização

das técnicas impressionistas na descrição e no nível dos significados.

Nesse contexto do fim da década de 1920, quando *A bagaceira* é publicado, o grupo dos regionalistas do Recife que se reuniam em torno de Gilberto Freyre, egresso dos Estados Unidos, eram resistentes em assumir possíveis influências dos modernistas anteriores ou paralelas ao movimento regionalista de 1926¹. No entanto, como aponta Alfredo Bosi (1984, p.344)., houve "(...) um contato com o grupo de São Paulo, servindo de mediador Joaquim Inojosa, pelo Recife, e Guilherme de Almeida, em conferências lá feitas em 1925". Em 1925 já é possível perceber a absorção das liberdades modernistas na poesia de Jorge de Lima e em 1928, as liberdades e as novidades estilísticas trazidas pelos intelectuais do eixo São Paulo-Rio de Janeiro ligados ao modernismo podem ser percebidas na prosa social de José Américo de Almeida em *A bagaceira*.

Antes de irmos à obra é necessário nos determos na trajetória da formação intelectual do escritor, desde sua formação na faculdade de Direito do Recife, o grande centro de difusão de conhecimento e debate das ideias dos estados do nordeste do país, até o contexto em que ele publica seu romance de estreia no fim dos anos 1920.

2 A formação na Faculdade de Direito do Recife: breve trajetória de José Américo de Almeida

A Faculdade de Direito do Recife tem sua origem durante o Império. Ao lado da Faculdade de Direito de São Paulo, representou o movimento do Império brasileiro de romper com a tradição de formação das elites brasileiras em Coimbra, no sentido de adquirir independência intelectual em relação à antiga metrópole. Durante o século XIX, e entrando no século XX, esses dois ambientes acadêmicos irão se

desenvolver de formas distintas, criando duas *intelligentsia*² autônomas, reflexo das diferenças econômicas e sócio-políticas entre os dois centros, um em declínio e o outro em ascensão. Schwarcz (1993, p. 187):

Em Recife um público mais desvinculado do domínio oligárquico rural passava a dominar as fileiras dessa faculdade, por oposição a uma clientela paulista caracterizada pelo pertencimento a uma elite econômica de ascensão recente. De Recife partiam mais claramente os gritos de descontentamento (respaldados pela clara mudança do eixo político-econômico), enquanto São Paulo passava aos poucos de contestador a defensor e responsável por uma fala oficial.

Ingressando na Faculdade de Direito do Recife no início do século XX, bacharelando-se em 1908, José Américo de Almeida estudou no ambiente acadêmico pós-geração de 1870, a qual introduzira no Brasil as teorias científicas que

rompiam com o pensamento religioso em prol de uma visão laica de mundo. No Recife, a introdução simultânea dos modelos evolucionistas e social-darwinistas adquiriu um desenho próprio, na medida em que se tentava adaptar o amálgama dessas teorias ao direito na tentativa de entender e propor soluções para a realidade do país. Como esses intelectuais estavam cada vez mais distantes do centro das decisões políticas mais significativas, eles acreditavam ao menos representarem a vanguarda científica do Brasil, o que explica o apego radical às doutrinas deterministas e naturalistas (SCHWARCZ, 1993, p. 150).

É nesse contexto, em fins do século XIX, que as “leis naturais” assumem o posto dogmático incontestável que antes cabia ao pensamento religioso. Os contos e os romances realistas se revestirão, portanto, da tintura naturalista “sempre que fizer[em] personagens e enredos submeterem-se ao destino cego das `leis naturais`”(BOSI, 1984, p.187). É o caso da prosa de Raul Pompeia, Aluísio Azevedo e Adolfo Caminha.

A especificidade dos estados do norte do país diante da adaptação das ideias científicas naturalistas tinha um problema, especialmente no que diz respeito às teorias raciais. Diferentemente dos estados do sul e sudeste que receberam os imigrantes europeus com ares de salvação, dado que a doxa era que o progresso estava intimamente ligado às raças brancas superiores e não mestiças, os estados do nordeste não passaram pelo embranquecimento, daí que as teorias raciais tinham deveriam ser adaptadas à situação. Essa operação coube a Silvio Romero, um dos intelectuais mais enérgicos e radicais do Recife. Romero rejeita o positivismo francês e vai buscar em Haeckel, Darwin e Spencer a construção intelectual que constituía a solução para o problema da homogeneidade nacional, isto é, a mestiçagem, que, para ele, seria o resultado da luta pela sobrevivência das espécies, de acordo com as teorias deterministas da época. (SCHWARCZ, 1993, p.154). Silvio Romero era uma espécie de “pai fundador” do Direito enquanto ciência maior para resolver os problemas da nação. Explica Lilia Schwarcz (1993, p.155):

É na predileção do tema; no apego aos modelos deterministas biológicos e etnográficos; na fala radical e cientificista, que vemos a força desse mestre que elabora a teoria e cria um grupo. A partir de Romero, o direito ganha um estatuto diferente no Brasil. Passa a combinar com antropologia, se elege como “sciencia” nos moldes deterministas da época e se dá o direito de falar e determinar os destinos e os problemas da nação.

É, portanto, nesse novo status do Direito que se forma José Américo de Almeida, em 1908. Tão logo conclui o bacharelado, retorna à Paraíba, assume o cargo de promotor na comarca de Souza, sertão paraibano, e já se filia ao partido de oposição ao governador do Estado, Monsenhor Walfredo Leal, seu tio.³ Em 1911, assume o cargo de procurador do Estado, cargo que ocupa por 11 anos. Faço esse breve relato da trajetória de José Américo logo após findar sua formação em Direito no Recife pois foi com a experiência e a vivência

adquirida nos cargos públicos que ocupou no pobre estado da Paraíba durante esses anos que o futuro Ministro de Viação e Obras Públicas do governo Vargas se revestiu da propriedade de testemunha, além da já conquistada legitimidade de homem do direito (portanto, homem da ciência), para escrever não ainda *A bagaceira*, mas seu vasto e minucioso ensaio *A Paraíba e seus problemas*, em 1923. Esta obra congrega um conjunto de conhecimentos e informações bem detalhadas sobre a Paraíba, em seu aspecto climático, geográfico, antropológico, histórico e político, em suma, total, pois era apenas na totalidade que um ensaio daquele período adquiria o status de excelência.

A Paraíba e seus problemas foi uma espécie de grito racional e erudito da Paraíba diante de federação, tal qual *A bagaceira* será considerado também um grito, um romance de denúncia. Igualmente revestido da legitimidade de testemunha do romancista (que também estará presente nos romancistas da geração de 1930), o testemunho do ensaísta Américo será o testemunho de um bacharel em direito, erudito, e, ainda que

pertencente à elite decadente, que coloca o Estado e as inovações técnicas modernas como a saída para o atraso econômico de sua região. O ensaio, publicado em 1923, foi realizado durante o período em que o também paraibano e bacharel em direito pela Faculdade de Direito do Recife, Epitácio Pessoa, ocupava o cargo de presidente da República, entre 1919 e 1922. Eis o início do prefácio da primeira edição:

O presidente Sólon de Lucena achou que o meio mais sensível de expressar ao Sr. Epitácio Pessoa o reconhecimento da Paraíba pelos benefícios outorgados, como solução do problema das secas, seria perpetuar num livro a história desse esforço redentor (...) A história das secas e do combate aos seus efeitos não é a mesma para o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba: cada uma dessas unidades tem sua situação, à parte. (ALMEIDA, 1994, p.25-26)

Vê-se, portanto, a necessidade de esmiuçar as especificidades da Paraíba, o que é percebido durante todo o ensaio, no qual detalha desde as características geológicas e

mineralógicas de cada região do estado como da recuperação dos debates na Câmara e no Senado por parte dos políticos paraibanos durante o século XIX, que já procuravam chamar a atenção da corte para os problemas da província. O ensaio de 1923 configura um pedido de socorro, pois, para José Américo, as dores, como também o potencial da Paraíba, eram desconhecidos do resto do país. No primeiro capítulo, “Terra Ignota”, ele adverte que a Paraíba nunca havia sido estudada e faz um relato minucioso das riquezas minerais do estado. Não alonguemos muito aqui, apenas é preciso dizer que o objetivo do livro é claro, tratar de demonstrar o esquecimento com que sempre fora tratado o seu Estado e de como a federação tinha o dever de assumir o protagonismo no combate às situações extremas de causas desconhecidas, a saber, a seca. Ele, entretanto, não isenta os próprios políticos e a elite paraibana da culpa por tal esquecimento, aliás, pelo contrário, sua atuação política, tão logo retorna do Recife, já se filia ao partido de oposição aos antigos e estáticos coronéis, que, para

ele, seriam os maiores culpados pela situação calamitosa da Paraíba.

Atento às teorias deterministas e evolucionistas que conhecia bem, José Américo enxerga na ação modernizadora do Estado a solução para os problemas da seca. É, portanto, essa a acepção do sentido de modernidade que interessa ao paraibano e é dentro desse arcabouço teórico definido, legitimado pela qualidade de testemunha e fundamentado no conhecimento sociológico da época, que elabora o ensaio. Cinco anos mais tarde, lega ao seu romance de estreia, *A bagaceira*, a mesma autoridade dos argumentos científicos e sociológicos com que construíra o ensaio, facilmente percebido na voz do narrador.

3 A *Bagaceira*: confluência entre o Modernismo e o Regionalismo

O sucesso de *A bagaceira* foi imediato; tão logo lançado, o livro obteve quatro edições no mesmo ano e logrou do principal crítico da época, Tristão de Athayde, elogios que alçaram o livro ao posto de marco divisor da literatura brasileira. “Qualquer coisa de definitivo”, afirmara o crítico, dizendo que a literatura brasileira já não podia viver sem ele e que nele estavam a terra e a alma do Nordeste, a síntese entre a natureza e a cultura. “Ora culto, ora bárbaro, mas sempre em brasileiro, sem transição brusca e artificial entre a linguagem dos que sabem e a dos que não sabem. Uma língua só e nova, em todas suas gradações” (LIMA, 1930 apud TELES, 1983, p.55).

O romance se passa entre 1898 e 1915, os dois períodos da seca, e narra a história dos retirantes Valentim Pereira, sua filha Soledade e a filha do Pirunga, que abandonam a fazenda Bondó, no sertão da Paraíba, e se encaminham para o brejo, região dos engenhos, onde se estabelecem no engenho Marzagão, de propriedade de Dagoberto Marçau, viúvo, pai de Lúcio, jovem e idealista, advogado.

Tal como no ensaio, legitimado pela ciência do ensaísta, no romance, o escritor é legitimado pelo testemunho de ter nascido e crescido na região do brejo, na cidade de Areia, e de ter presenciado os retirantes famintos do sertão em busca de melhores condições no brejo, região mais alta no relevo paraibano, região em que a altitude corrigia o fatalismo e a deficiência da latitude. A narrativa testemunha o encontro de dois mundos físicos e espirituais, o sertão e o brejo, duas realidades distintas, mas vítimas do mesmo descaso e mesquinhez, ancoradas no tempo frente aos avanços da sociedade moderna.

Os sertanejos, vítimas maiores por causa da seca, no impasse entre a vida e a morte, fogem do inferno que outrora era paraíso, e andam sem rumo, guiados pelo instinto de vida que lhes sobrara, o instinto quase selvagem de apenas sobreviver.

Andavam devagar, olhando para trás, como quem quer voltar. Não tinham pressa em chegar, porque não sabiam aonde iam. Expulsos do seu paraíso por espadas de fogo, iam, ao acaso, em descaminhos, no arrastão dos maus fados(...) Fugiam do sol e o sol guiava-os nesse forçado nomadismo (...) Mais mortos do que vivos. Vivos, vivíssimos só no olhar. Pupilas do sol da seca.(...) Fariscavam o cheiro enjoativo do melado que lhes exacerbava os estômagos jejunos. E, em vez de comerem, eram comidos pela própria fome numa autofagia erosiva (ALMEIDA, 1997, p.08)

O olhar do narrador não é, no entanto, fruto de imaginação, mas o olhar de quem testemunhou os repetitivos afluxos de sertanejos nômades nas terras brejeiras paraibanas em que fora criado, o olhar de quem testemunhara o encontro entre os dois mundos. “Párias da bagaceira, vítimas de uma emperrada organização do trabalho e de uma dependência que os desumanizava, eram os mais insensíveis ao martírio das retiradas” (ALMEIDA, 1997, p.08). Seu impulso de ensaísta ganha espaço em sua narrativa, mas diferente do romance naturalista, que dava voz às leis naturalistas estrangeiras de

forma dogmática, o narrador de *A bagaceira* fala com sua própria voz, na autoridade de homem de ciência, é verdade, mas de um homem que conhecia bem aquela realidade que romaneava: aquele encontro de dois mundos. “A colisão dos meios pronunciava-se no contato das migrações periódicas. Os sertanejos eram malvistas nos brejos. E o nome de brejeiro cruelmente pejorativo” (ALMEIDA, 1997, p.08).

José Américo de Almeida (1997, p.03) jamais negou sua intenção na obra. Ficaria conhecida sua frase, ao se referir ao romance, expressão artística de quase mentira, quase verdade: “Há muitas formas de se dizer a verdade. Talvez a mais persuasiva seja a que tem a aparência de mentira”. Já no prefácio deixa claro que é um livro engajado, uma denúncia, que só tomou a forma de romance para, através da aparência de mentira, tornar a verdade mais persuasiva. No seu ensaio de 1923, ele dedica numerosas páginas recuperando o debate dos senadores e deputados paraibanos durante o século XIX e acusa a imprensa e a elite de terem sido letárgicas, não tornando sabido o sofrimento da seca na Paraíba, diferente dos

políticos e da imprensa do Ceará, que haviam somado forças para tornar conhecido ao poder central os males que sofriam com a seca. Escreve no ensaio de 1923: “A história político administrativa da Paraíba, nas suas relações com os poderes centrais, desde o tempo da conquista até 1919, é um documento de preterições e de abandono” (ALMEIDA, 1994, p. 225). E ainda, “O maior mal, porém, foi a falta de atuação política da Paraíba, de um prestígio que se impusesse nos conselhos do império como patrono dos nossos reclamos” (ALMEIDA, 1994, p. 265).

No ensaio de 1923 quem fala é o José Américo intelectual, político, homem de ciência. Essa dimensão acusatória – não utilizara eufemismos para se referir aos políticos tradicionais paraibanos, a quem chamava de desvalidos crônicos – continua presente no romance de 1928; as inúmeras páginas de relatos minuciosos dão lugar a frases que saltam no meio da estrutura narrativa, entre as roupagens mentirosas da criação ficcional, aparecem as denúncias. “A história das secas era uma história de passividades”

(ALMEIDA, 1997, p.09). Mas é através do jovem e idealista advogado Lúcio, o seu disfarce dentro de sua criação, que o autor consegue falar livremente. Como escreve Manuel Cavalcanti Proença (1968, p. 62):

Então, disfarçou-se de Lúcio, o estudante, o único que tinha olhos abertos, naquele mundo de miséria, e sabia que a técnica e a justiça social poderiam transfigurar-lhe a torva fisionomia. Por isso, como o autor “Lúcio responsabilizava a fisiografia paraibana por esses choques rivais” entre brejo e sertão. Como o autor, ele se compadecia da terra, tratada a enxada e coivara, *deformando-se em culturas mesquinhas*, quando as máquinas poderiam rasgar-lhe “as entranhas para as fecundações mais profundas” (...) Era uma denúncia. E só o desmedido talento do romancista poderia ter conseguido fazê-lo, antes de tudo, um verdadeiro, um grande romance, que, na época, foi impacto violento na literatura brasileira, ainda engatinhando nos caminhos do modernismo.

Fica evidente, portanto, a maior preocupação do autor, que seria tornar público, para todo o país, o martírio da seca na Paraíba, nos dizeres do autor: “Há uma miséria maior do que morrer de fome no deserto: é não ter o que comer na terra de Canã”.⁴ Entretanto, reduzir a obra a um mero caráter de denúncia panfletária disfarçada de romance não faz sentido, dado a importância que a obra adquiriu e o elogio arrancado dos críticos literários e dos escritores ligados ao modernismo. Sobre o sucesso da obra entre os modernistas, apesar do pouco modernismo, escreve Wilson Martins (1978, p. 434):

A Bagaceira (...), apesar do estilo claramente pouco modernista, lançava desde logo os grandes temas que o romance brasileiro ia explorar na década seguinte: a terra, o regionalismo, a decadência da sociedade patriarcal, a luta de classes, os problemas sociais e doutrinários. Era um romance telúrico, sociológico e político – exatamente a fórmula de ficção que o Modernismo andava

procurando e que ia se realizar plenamente no chamado “Romance do Nordeste.

Ele lembra ainda que esses temas não eram novidades e que já existiam na literatura da época, mas como fatos isolados, sem perspectiva, e que fora José Américo o responsável por aglutinar esses temas em *A bagaceira*, conferindo-lhes um significado novo, isto é, apontando o caminho para o moderno romance brasileiro. (MARTINS, 1978, p 434). Para Josué Montello, o romance brasileiro após Machado de Assis ensaia vários caminhos, com Lima Barreto, Afrânio Peixoto, Benjamin Costallat, Theo Filho, mas foi apenas a partir de *A bagaceira* que ele se estabeleceu enquanto caminho convergente, em torno de um mesmo propósito, de denúncia, num amálgama de todos esses temas tratados por José Américo de Almeida. Para ele, o romance de 30 seria a “expressão do neorrealismo brasileiro, com uma fisionomia própria, ligada à tradição romanesca do século XIX,

notadamente a que vinha de Aluísio Azevedo”. (MONTELLO, 1983, p. 28-29)

A década de 20, marcada pelas tensões e conspirações políticas e militares que irão culminar na insurreição de 1930, é marcada também pelas rebeliões estéticas literárias e artísticas, que tem marco na Semana de 22. O que é preciso ter em mente é que a atmosfera de rebelião/inação/construção artística e cultural não é exclusiva de São Paulo e do Rio de Janeiro. Em diversos pontos do país temos movimentos semelhantes. Lembremos que da Faculdade de Direito do Recife emanavam redes de relações acadêmicas, políticas e intelectuais que, ainda que estivessem atentas aos passos dos modernistas do sudeste, tinham sua autonomia intelectual e suas próprias preocupações políticas e estéticas. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, os centros urbanos economicamente mais avançados do país, o movimento dos artistas e intelectuais ligados à Semana de 1922 assumiam uma série de inovações estéticas em consonância com as vanguardas europeias.

O primeiro fôlego desses artistas era de natureza cosmopolita, o objetivo era alcançar os passos dos países mais civilizados. Talvez Mário de Andrade tenha sido uma das poucas vozes dissonantes dentro daquele grupo, no sentido de que via como temerária a absorção dos ideais de vanguarda que estavam em ebulição na Europa, sobretudo no campo musical. Para ele não havia ainda uma tradição na música brasileira, como já havia na literatura, daí que, antes de seguir o caminho dos escritores e poetas nessa antropofagia dos elementos estéticos e estilísticos estrangeiros, os músicos e compositores brasileiros deviam consolidar a música brasileira, para que ela não se descaracterizasse ante as influências externas. "A literatura brasileira já tomou corpo. A música brasileira ainda não" (ANDRADE, 1989, p. 149), dirá Mário de Andrade através do compositor Janjão, um dos personagens de sua obra-diálogo *O banquete*. É preciso lembrar ainda que, mesmo entre os modernistas de São Paulo, as inovações literárias estavam restritas à poesia, a prosa ainda estava à deriva, esperando uma direção. Daí que Tristão de

Athayde afirmará que *A bagaceira* surgirá como o romance que o modernismo não conseguira escrever.

Diante do modernismo estilístico dos modernistas de São Paulo, o regionalismo que surgirá como movimento no romance na década de 1930 é gestado ainda nos anos 1920 no Recife, entre aqueles intelectuais egressos da Faculdade de Direito do Recife, como Gilberto Freyre, José Lins do Rêgo e José Américo de Almeida.

José Américo reelabora as acepções de moderno em *A bagaceira*, conferindo-lhe uma coloração própria, regionalista e ensaística. É, portanto, uma obra de transição entre dois movimentos, entre duas estéticas: a naturalista e a modernista, repleta de dicotomias, o sertão e o brejo, a sociedade patriarcal e a burguesa. O historiador Durval Muniz de Albuquerque a situa num “impasse entre um passado escravista, que [o autor] condena, e as novas relações burguesas que ele teme” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 158). O modernismo que mais interessava para o escritor paraibano era o modernismo da

ação do Estado para contornar os problemas dos extremos da natureza, da seca. Daí que em 1930 protagonizará a insurreição no norte (nordeste) e ocupará, no governo Vargas, não um cargo junto aos órgãos de cultura, como alguns de seus colegas escritores, mas no Ministério de Viação e Obras Públicas, para seguir com as obras de combate a seca que foram abandonadas durante os anos anteriores.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário de. **O banquete**. 2.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1989.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e outras Artes**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA José Américo de. **A bagaceira**. 15.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

_____. **A bagaceira**. 31.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

_____. **A Paraíba e seus problemas**. 4.ed. Brasília: Senado Federal, 1994.

ATHAYDE, Tristão de. **Uma revelação**. In Almeida 1978. p 40-45

AZEVÊDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e Regionalismo: Os anos 20 em Pernambuco**. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura, 1984.

BEVILAQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 2.ed. Brasília: INL, 1977.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1984.

MARTINS, Wilson. **História da Inteligência Brasileira**. São Paulo: Cultrix: ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

MONTELLO, Josué. **Revisão do romance Nordestino de 30**. In: PORTELA, Eduardo. O romance de 30 no Nordeste. Fortaleza: UFC, 1983.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TELES, Gilberto Mendonça. **A Crítica e o Romance de 30 no Nordeste**. In: PORTELA, Eduardo. O romance de 30 no Nordeste. Fortaleza: UFC, 1983.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **Intelligentsia e Intelectuais**. Revista Brasileira de História da Educação. nº16 - jan/abr. 2008.

NOTAS

¹ Há uma confusão sobre o movimento regionalista do Recife, mais precisamente em torno do manifesto Regionalista de 1926, que fora

lido por Gilberto Freyre na década de 1950, em ocasião de comemoração de aniversário do manifesto. Alguns intelectuais lançaram dúvidas sobre a veracidade da data de elaboração do documento. Sobre isso ver a obra **Modernismo e Regionalismo** (os anos 20 em Pernambuco), de Neroaldo Pontes de Azevedo (AZEVEDO, 1984, p. 141).

² O uso do termo *intelligentsia* designa um grupo de intelectuais que tomam para si a missão de guiar o desenvolvimento de uma nação, no âmbito político, artístico e social. Sobre a origem e os sentidos do uso do termo, ver *Intelligentsia e Intelectuais* (VIEIRA, 2008)

³ O corpo de estudantes da Faculdade de Direito de Recife não era composto apenas pelos filhos das elites pernambucanas, mas também dos estados vizinhos como Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte, e de estados mais distantes no norte, como Piauí, Ceará, Maranhão e mesmo de estados mais próximos a São Paulo, como Minas Gerais e Rio de Janeiro. Alguns desses estudantes, ao terminarem o curso, iriam assumir cargos ou exercer a advocacia em outros estados, mas a maioria retornavam ao seu estado de origem para assumir cargos públicos ou mesmo entrar para a política. (BEVILAQUA, 1977)

⁴ No ensaio de 1923, “A Paraíba e seus problemas”, José Américo tenta desconstruir a ideia de que não apenas a Paraíba, mas também os outros estados que sofriam com a seca, não eram o Saara brasileiro, ou seja, um deserto impossível de gerar riqueza. Essa falsa ideia, fruto de desconhecimento, impedia um pensamento de ação política fora da natureza de esmola; daí que seu empenho estava em demonstrar que a terra era boa e que a ação do Estado e da

ciência deveria ser a de conhecer os extremos da natureza, principalmente a seca, e domá-la, através das novas técnicas de açudamento.

Recebido em: 28-11-2016

Aprovado em: 20-02-2017

Publicado em: 12-03-2017